

Contam a antiguidade e os efeitos administrativos desde 20DEZ08.

4 de Setembro de 2009. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante, em exercício de funções, *Carlos Alberto de Carvalho Gromicho*, MGEN/PILAV.

202359103

MINISTÉRIOS DA DEFESA NACIONAL, DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.

Despacho n.º 21997/2009

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de Outubro, adoptou a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB), que constitui um instrumento fundamental para a prossecução de uma política integrada de conservação da natureza e biodiversidade. A ENCNB assume, entre outros, o objectivo geral de conservar a natureza e a diversidade biológica, incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia. Para a concretização destes objectivos, a ENCNB formula dez opções estratégicas, de onde se destaca a opção estratégica n.º 5 que dá prioridade ao desenvolvimento de acções específicas de conservação e gestão de espécies e *habitats*. Por outro lado, a opção estratégica n.º 1 dá prioridade à promoção da investigação científica e do conhecimento sobre o património natural, bem como à monitorização de espécies, *habitats* e ecossistemas, assegurando a adequação das acções de conservação e gestão.

O roaz *Tursiops truncatus* é um cetáceo relativamente comum ao longo da costa continental portuguesa, destacando-se a população que habita o estuário do Sado, pelo seu carácter único no território nacional e um dos poucos núcleos residentes a nível europeu. O contínuo declínio verificado nas últimas décadas coloca em sério risco este núcleo e o seu desaparecimento constituiria uma grave perda para o ecossistema em que se integra, para a biodiversidade à escala nacional e para a identidade da região, marcada pelo cariz emblemático da população quer a nível cultural quer socioeconómico.

Constatando-se a existência de valores naturais muito ameaçados, urge adoptar medidas de salvaguarda e promover acções concretas, especificamente desenhadas para a sua conservação e gestão, baseadas em planos de acção. É neste contexto, e de acordo com o disposto na Directiva n.º 92/43/CEE, de 21 de Maio, relativa à preservação dos *habitats* naturais e da fauna e da flora selvagens, que foi desenvolvido o «Plano de Acção para a Salvaguarda e Monitorização da População de Roazes do Estuário do Sado», adiante designado por Plano de Acção.

O Plano de Acção define estratégias de actuação com o objectivo de proteger e inverter o cenário de declínio da população de roazes do Sado, melhorando as condições do seu *habitat*, através da concertação dos agentes relevantes para a sua conservação. É o resultado do trabalho desenvolvido pela autoridade nacional de conservação da natureza, o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., com a participação da Capitania do Porto de Setúbal e da APSS — Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S. A., bem como dos agentes locais com influência directa e indirecta no estuário do Sado e na sua população residente de roazes.

Assim, determina-se:

1 — Aprovar o Plano de Acção para a Salvaguarda e Monitorização da População de Roazes do Estuário do Sado, para vigorar entre 2009 e 2013, adiante designado por Plano de Acção, anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

2 — A execução do Plano de Acção é assegurada por uma comissão executiva coordenada pelo Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., e composta por um elemento da Capitania do Porto de Setúbal, em representação do Ministério da Defesa Nacional, e por um elemento da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S. A., em representação do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a nomear por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas respectivas áreas, com as competências definidas no n.º 4.6.1 do Plano de Acção constante do anexo ao presente despacho.

25 de Setembro de 2009. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *João António da Costa Mira Gomes*. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa*. — A Secretária de Estado dos Transportes, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

ANEXO

Plano de Acção para a Salvaguarda e Monitorização da População Residente de Roazes do Estuário do Sado

1 — Introdução e caracterização da população de roazes do Estuário do Sado

O roaz, *Tursiops truncatus*, também conhecido por roaz-corvineiro, é um cetáceo com ampla distribuição geográfica, ocorrendo tanto em águas temperadas como tropicais.

Os indivíduos desta espécie apresentam elevado polimorfismo, quer entre populações quer ao nível da variabilidade individual. Actualmente, são reconhecidos dois ecótipos para esta espécie: uma forma pelágica, comum em águas oceânicas mais profundas ou junto a ilhas oceânicas, e uma forma costeira, que habita estuários, lagos, baías e rios. As populações costeiras, como é o caso da população do estuário do Sado, podem formar agregados que habitam de um modo sedentário ou residente áreas restritas da zona costeira.

O ciclo de vida do roaz é similar ao dos mamíferos de grande porte, apresentando uma grande longevidade e uma reprodução lenta. A sobrevivência é tipicamente mais baixa durante o primeiro ano de vida, altura em que as crias são mais vulneráveis, e tende a aumentar durante o segundo e terceiro ano de vida, período durante o qual as crias permanecem sob a protecção das progenitoras. Após a separação, os juvenis tendem a associar-se com animais da mesma idade, constituindo grupos de animais sub-adultos inexperientes e mais vulneráveis. Na população de roazes do estuário do Sado, esta é a fase mais crítica uma vez que são poucos os jovens que conseguem chegar à idade adulta. Verificou-se que este problema foi particularmente grave durante a década de 1980 e início da década de 1990.

2 — Situação actual e principais ameaças

Entre 1976 e 1981, estimava-se que a população de roazes no estuário do Sado fosse constituída por cerca de 20 a 30 animais. A utilização de técnicas de foto identificação veio possibilitar o reconhecimento individual dos roazes, e abriu caminho para o recenseamento detalhado desta população. Em 1986, o número estimado de indivíduos rondava os 40, tendo decrescido para 30 animais em 1997. Apesar de um ligeiro aumento a partir de 1997, a dinâmica populacional dos roazes no estuário do Sado tem revelado uma tendência negativa, existindo actualmente apenas 25 indivíduos, o que corresponde a um decréscimo de mais de 37% registado entre 1986 e 2009. Destes 25 indivíduos, 14 são adultos já com uma idade avançada, e com uma esperança máxima de sobrevivência de 10 a 15 anos, o que, na ausência de novos nascimentos, conduzirá num curto prazo a um acentuado declínio do efectivo populacional.

O declínio observado na população de roazes do estuário do Sado deve-se à baixa sobrevivência dos juvenis, com uma taxa de mortalidade da ordem de 13%. A falta de recrutamento à idade adulta deu origem a uma estrutura etária instável, e ao envelhecimento da população.

O envelhecimento dos animais pode ter consequências na taxa de reprodução, uma vez que esta tende a diminuir com a idade, originando assim um decréscimo no número de nascimentos, e colocando também em risco a viabilidade da população. Os resultados da aplicação de modelos de viabilidade populacional indicam que o futuro mais provável para a população do Sado será o declínio.

A partir dos estudos realizados sobre a população de roazes do estuário do Sado e outras populações com características semelhantes, foi possível identificar quatro potenciais fontes antropogénicas de ameaça: degradação da qualidade da água do estuário, tráfego marítimo, pesca e poluição sonora.

Apenas a adopção imediata de medidas que visem a minimização destas ameaças e a conservação da população, poderá permitir uma recuperação a longo prazo.

2.1 — Degradação da qualidade da água do estuário

O facto de alguns dos poluentes introduzidos no estuário poderem ser bioacumulados ao longo das cadeias tróficas aquáticas induz alterações bioquímicas e fisiológicas nos organismos marinhos. Sendo os roazes predadores de topo e de grande longevidade, o fenómeno da bioacumulação adquire contornos preocupantes. Vários estudos demonstram que poluentes como os DDT (dicloro-difenil-tricloroetanos), os PCB (bifenilos policlorados) e os compostos organoestânicos influenciam negativamente a função reprodutora e imunológica dos mamíferos marinhos.

2.2 — Tráfego marítimo

O estuário do Sado está exposto a um intenso tráfego de embarcações que tem vindo a aumentar ao longo dos anos. Contribuem para esta situação, os *ferry boats*, os rebocadores, as embarcações de pesca e de recreio bem como navios de grandes dimensões, destinados à zona industrial e

aos estaleiros navais. De um modo geral, os animais tendem a apresentar reacções neutras em presença das embarcações de maior porte, uma vez que estas mantêm rotas relativamente fixas e velocidade reduzida. No que respeita ao ruído subaquático, os animais não apresentam reacções aos altos níveis de pressão acústica das embarcações de pesca e navios de grande porte (como os petroleiros e cargueiros), provavelmente devido à sua menor sensibilidade às baixas frequências. Relativamente à náutica de recreio e à actividade comercial de observação de roazes, verifica-se uma utilização mais intensa e desregrada do estuário durante os meses de Verão, com impactos negativos imediatos nos roazes, que poderão afectar a sua reprodução e sobrevivência.

2.3 — Pesca

A pesca ilegal e ou um intenso esforço de pesca podem ter efeitos negativos sobre a população de roazes uma vez que podem contribuir para a diminuição da disponibilidade das suas espécies presa. De igual modo a utilização de artes lesivas pode ocasionar alteração/destruição de habitats vitais para a manutenção dos *stocks* das espécies presa.

2.4 — Poluição sonora

O ruído antropogénico tem o potencial de afectar a reprodução e a sobrevivência dos cetáceos de diversas formas, podendo reduzir a condição do indivíduo, população ou espécie, uma vez que estes animais dependem, em grande parte, das suas capacidades acústicas tanto para comunicação como para a percepção do seu meio e detecção de presas.

3 — Acções de conservação

3.1 — Princípios orientadores e objectivos

Actuar de forma preventiva relativamente aos impactos negativos da incorrecta utilização do estuário do Sado.

Reconhecer os utilizadores do estuário do Sado como agentes fundamentais da execução deste Plano.

Melhorar o estatuto de conservação da população de roazes do estuário do Sado.

Contribuir para a melhoria da qualidade ambiental do habitat da população de roazes.

Sensibilizar e envolver a opinião pública e os agentes locais para a urgência da melhoria da qualidade ambiental do estuário e salvaguarda da população de roazes do Sado.

Criar um modelo de gestão que permita operacionalizar o Plano de Acção.

3.2 — Âmbito territorial de aplicação e período de vigência

A área de intervenção do Plano de Acção abrange o estuário do Sado e a zona marinha adjacente, compreendida entre Barbas de Cavallo, na Arrábida, e a praia do Carvalhal, em Tróia. A delimitação da zona marinha tem em consideração as ocorrências mais recentes de roazes da população do estuário do Sado (anexo n.º 1 — Mapa da área de intervenção do Plano de Acção).

Em qualquer altura, durante ou após o período de vigência do Plano, esta área de intervenção poderá ser alterada em função dos resultados obtidos com o programa de monitorização da população de roazes.

O Plano de Acção terá uma vigência de cinco anos, desenvolvendo-se entre 2009 e 2013.

3.3 — Medidas de conservação

O estabelecimento de medidas concretas de conservação especialmente dirigidas à população de roazes do estuário do Sado constitui uma prioridade e poderá, a longo prazo, permitir a recuperação do efectivo populacional. Estas medidas terão como objectivo principal a minimização das ameaças extrínsecas à população de roazes, prevendo-se para tal o desenvolvimento das seguintes acções:

a) Estabelecimento de uma rede de actuação para arrojamentos vivos de roazes na área do Plano de Acção;

b) Estabelecimento de limites de velocidade para a náutica de recreio no interior do estuário do Sado (definido pela área a montante de uma linha que une o farol do Outão e a Ponta do Adoxe; anexo n.º 1 — Mapa da área de intervenção do Plano de Acção);

c) Proibição de circulação de motas de água e *jet skys* no canal Sul do estuário, bem como na área compreendida entre a bóia João Farto e a baliza n.º 5 e entre esta e a Ponta do Adoxe. A delimitação do canal Sul do estuário é a que consta na carta náutica n.º 26308, editada pelo Instituto Hidrográfico em Novembro de 2008 (anexo n.º 1 — Mapa da área de intervenção do Plano de Acção);

d) Estabelecimento de áreas e ou períodos interditos à observação de cetáceos na área do Plano de Acção, dependentes dos resultados obtidos com o plano de monitorização referido no n.º 3.4.1

e) Implementação de um sistema de fiscalização efectiva na área de influência do Plano de Acção.

Prioridade: Elevada.

Calendário: a) em execução; b), c), d) e e) 2010.

Parceiros: Ministério da Defesa e dos Mar, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, forças de segurança, ICNB, I. P./RNES.

Financiamento: sectores público e privado; programas de financiamento comunitários. Financiamento resultante de medidas compensatórias impostas no âmbito do procedimento de avaliação de impacto ambiental de projectos que afectem a área de intervenção do Plano de Acção.

3.4 — Investigação e monitorização

3.4.1 — População de roazes

Pôr em prática um adequado programa de investigação e monitorização da população de roazes é imperativo para facilitar a definição de medidas de conservação. Nesse sentido, desenvolver-se-ão as seguintes acções, a nível populacional:

a) Definir e executar um programa de caracterização genética que permita determinar a variabilidade populacional;

b) Analisar as interacções entre a população de roazes do Sado e outras populações costeiras de roazes;

c) Actualizar o conhecimento sobre o impacto do tráfego marítimo sobre a população de roazes;

d) Assegurar a monitorização contínua da dinâmica populacional dos roazes;

e) Assegurar a monitorização contínua da utilização e distribuição dos roazes na área de intervenção do Plano de Acção.

Prioridade: Elevada.

Calendário: a) 2010 a 2011; b) 2009 a 2010; c) e d) 2009 a 2013.

Parceiros: Unidades de investigação, ICNB/RNES.

Financiamento: sectores público e privado; programas de financiamento comunitários. Financiamento resultante de medidas compensatórias impostas no âmbito do procedimento de avaliação de impacto ambiental de projectos que afectem a área de intervenção do Plano de Acção.

3.4.2 — Habitat

Pretende-se estabelecer um plano de avaliação e monitorização da qualidade ambiental do estuário do Sado e identificar impactos ao nível da população de roazes, com base nos seguintes parâmetros:

- a) Avaliação da qualidade da água e análise de sedimentos;
- b) Avaliação da bioacumulação de poluentes na cadeia alimentar;
- c) Caracterização do ambiente acústico subaquático;
- d) Avaliação do impacto do tráfego marítimo na população de roazes, com especial destaque para a náutica de recreio.

Prioridade: Elevada.

Calendário: 2009 a 2013.

Parceiros: Unidades de investigação, ICNB/RNES.

Financiamento: sectores público e privado; programas de financiamento comunitários. Financiamento resultante de medidas compensatórias impostas no âmbito do procedimento de avaliação de impacto ambiental de projectos que afectem a área de intervenção do Plano de Acção.

3.5 — Educação, sensibilização e comunicação

Pretende-se sensibilizar a sociedade para a problemática da população de roazes do Sado, e envolvê-la nos esforços para a sua conservação. Deverá também assegurar-se o envolvimento de todos os agentes com influência directa e indirecta no estuário do Sado e nos roazes, com vista à sua participação em acções de intervenção previstas no Plano de Acção.

Neste contexto, preconizam-se as seguintes acções:

a) Criação, execução e manutenção de um sítio de Internet que disponibilize a biblioteca digital sobre a população de roazes e qualidade ambiental do estuário, bem como informações sobre o Plano de Acção;

b) Realização de acções de educação e sensibilização dos grupos alvo envolvidos designadamente as autoridades locais, empresas do sector turístico e industrial, comunidade piscatória e população escolar da área de influência do Plano de Acção;

c) Sensibilização e educação dos *media* para a realização de campanhas nacionais, sobre a urgência da conservação desta população, de forma a cativar uma opinião pública activa e crítica;

d) Criação de um centro interpretativo sobre a população de roazes do estuário Sado a localizar-se na Herdade das Mouriscas;

e) Desenvolvimento e adopção de normativos de boas práticas para sectores de actividade com influência directa e indirecta no habitat estuário do Sado e na população residente de roazes;

f) Propor às entidades gestoras de marinas e ancoradouros a inclusão, nos contratos com os utentes, de uma cláusula de cessação do mesmo no caso de reincidência de más condutas na observação de cetáceos;

g) Desenvolvimento da marca *Roaz do Sado* para maior visibilidade das entidades com participação activa no Plano de Acção e cujas actividades são compatíveis com a correcta utilização do estuário e da população residente de roazes;

h) Sensibilização activa dos desportistas náuticos com inclusão de regras de observação e boas condutas na componente formativa dos cursos da náutica de recreio.

Prioridade: Elevada.

Calendário: 2009 a 2013.

Parceiros: Meios de comunicação social, Organizações Não Governamentais, ICNB/RNES, Direcção Regional de Educação, entidades formadoras na área da náutica de recreio.

Financiamento: sectores público e privado; programas de financiamento comunitários. Financiamento resultante de medidas compensatórias impostas no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental de projectos que afectem a área de intervenção do Plano de Acção.

3.6 — Implementação e revisão/avaliação

3.6.1 — Implementação do Plano

A implementação do plano será efectuada com base nos seguintes critérios:

a) Todo o trabalho desenvolvido deverá ser claramente focalizado nos objectivos estratégicos e operacionais do plano;

b) O progresso das acções deverá ser monitorizado e avaliado de forma adequada para possível ajustamento das acções aos objectivos;

c) O plano deverá ser suficientemente flexível, caso surjam novas situações e novos objectivos se apresentem.

Para a concretização de acções que requeiram maior investimento deverão ser elaborados protocolos entre a entidade coordenadora (ICNB, I. P.) e os agentes públicos e privados interessados, constituindo

compromissos de actuação e contemplando mecanismos de compensação e penalização para garantia de cumprimento.

A execução do Plano de Acção será assegurada por uma comissão executiva coordenada pelo ICNB e composta por representantes de entidades públicas das áreas da defesa nacional e dos transportes.

À comissão executiva compete, designadamente:

a) Avaliar a aplicação das medidas constantes do Plano de Acção e o cumprimento dos objectivos definidos para o período de 2009 a 2013;

b) Garantir a definição das medidas de gestão do *habitat* e da minimização dos impactos das actividades humanas sobre a população de roazes, decorrentes dos estudos previstos no Plano de Acção;

c) Propor, se adequado, outras acções que visem assegurar a conservação da população de roazes do estuário do Sado.

Paralelamente, será constituída uma comissão de acompanhamento técnico-científica, composta por especialistas de reconhecido mérito e outros parceiros públicos e ou privados que será responsável por:

a) Acompanhamento, numa base trimestral, da evolução da execução do plano;

b) Avaliação anual do plano com base no acompanhamento trimestral e pareceres emitidos;

c) Elaboração e divulgação de um relatório anual de actividades, onde constem os resultados alcançados, lacunas de conhecimento e novos objectivos;

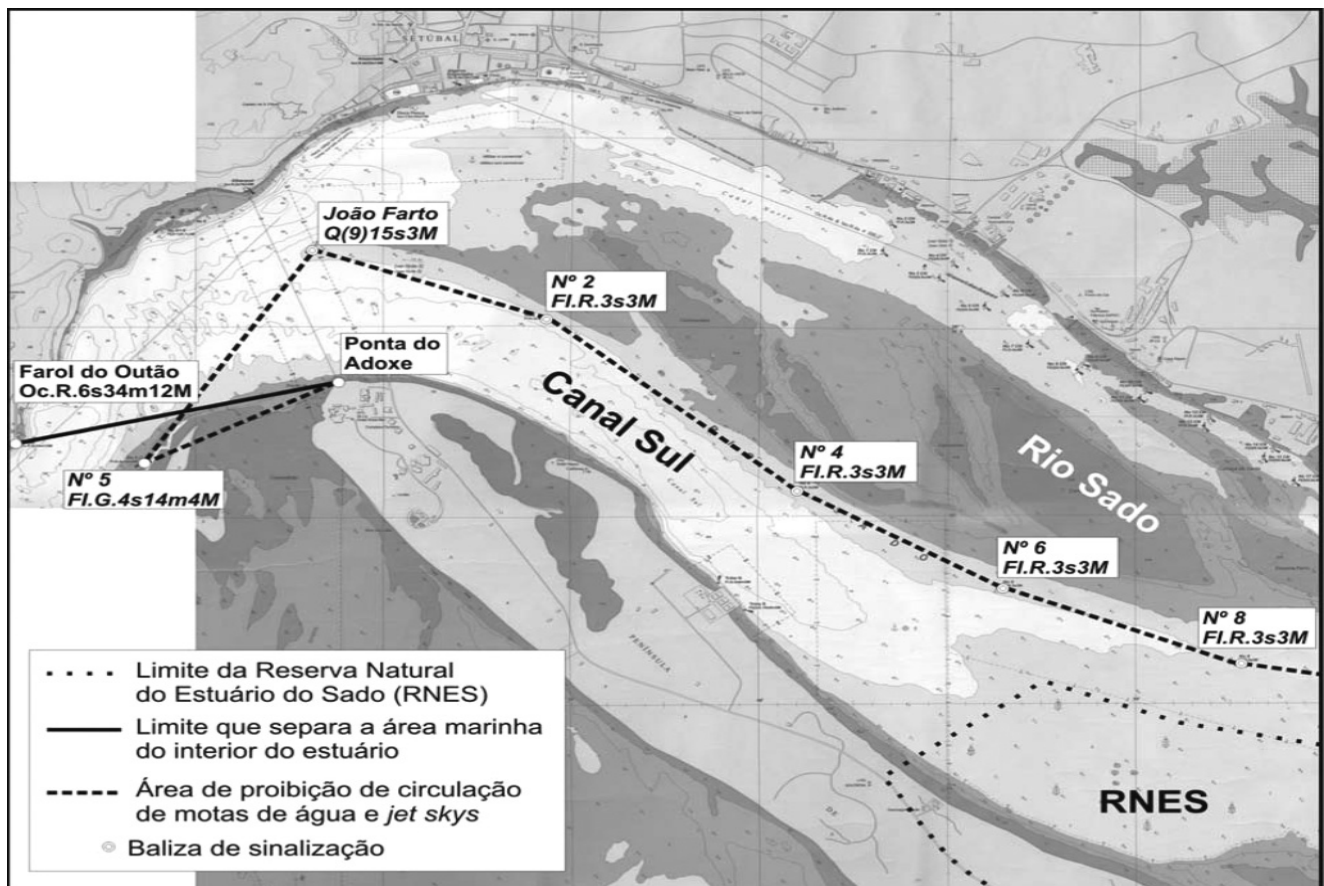
d) Orçamentação anual das acções do plano bem como a formalização de parcerias e candidatura a projectos para financiamento das várias actividades preconizadas.

3.6.2 — Revisão do Plano

O Plano de Acção será actualizado a cada cinco anos, com base na evolução do estado de conhecimento relativo à população de roazes, particularmente ao nível da dinâmica populacional, considerando em simultâneo a evolução da qualidade ambiental do seu *habitat*.

ANEXO N.º 1

Mapa da área de intervenção do Plano de Acção



Carta náutica n.º 26308, editada pelo Instituto Hidrográfico em Novembro de 2008

202361517